



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURAPLENA EM GEOGRAFIA**

Linha de Pesquisa: Poder Local e Organização do Espaço

CÍCERO EDSON DE OLIVEIRA GUEDES

**REFORMA AGRÁRIA E TERRITORIALIDADE CAMPONESA: Um estudo
de caso do assentamento Tanques nas cidades de Dona Inês/Riachão PB**

Guarabira/PB

2017

CÍCERO EDSON DE OLIVEIRA GUEDES

**REFORMA AGRÁRIA E TERRITORIALIDADE CAMPONESA: Um estudo de
caso do assentamento Tanques nas cidades de Dona Inês/Riachão PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Campus III, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Linha de Pesquisa: Poder Local e Organização do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva

Guarabira PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G924r Guedes, Cícero Edson de Oliveira
Reforma agrária e territorialidade camponesa [manuscrito] :
um estudo de caso do assentamento Tanques nas Cidades de Dona
Inês/Riachão PB / Cicero Edson de Oliveira Guedes. - 2017.
50 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.
"Orientação: Luiz Arthur Pereira Saraiva, Departamento de
Geografia".

1. Reforma Agrária. 2. Assentamentos. 3. Movimentos
Sociais I. Título.

21. ed. CDD 910

CÍCERO EDSON DE OLIVEIRA GUEDES

**REFORMA AGRÁRIA E TERRITORIALIDADE CAMPONESA: Um estudo
de caso do assentamento Tanques nas cidades de Dona Inês/Riachão PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Campus III, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Linha de Pesquisa: Poder Local e Organização do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva

Aprovada em: 17/05/2017

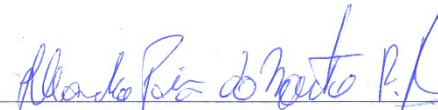
Banca examinadora



Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Aos meus pais Geraldo Bezerra e
Maria de Lourdes, a minha esposa
Lucimara Justino, pessoas de
importância incalculável em
minha vida,
DEDICO*

AGRADECIMENTOS

À Deus primeiramente, pela vida e a saúde a mim concedida. Sem essas concessões divinas nada seria possível.

Aos meus pais, que mesmo não tendo a oportunidade de estudarem, sempre me motivaram e nunca mediram esforços para me possibilitar uma boa educação.

Aos meus irmãos e demais familiares que também sempre me apoiaram. Nos momentos de adversidade, é no aconchego da família que encontramos apoio e força pra continuar superando os desafios que nos são postos dia a dia.

À minha esposa Lucimara, que sempre me incentivou aos estudos nos momentos em que o cansaço batia.

Ao amigo Flávio José, aos meus colegas de curso, em especial à colega Expedita Macena de Andrade, que me incentivou e não me deixou desistir, em um momento muito conturbado de minha vida.

Aos moradores do assentamento Tanques, pelas informações concedidas para que essa pesquisa fosse concluída de forma mais séria possível.

Ao meu orientador Luiz Arthur Pereira Saraiva, por ter me aceitado como orientando e contribuído para elaboração desta pesquisa.

Aos membros da banca examinadora Francisco Fábio Dantas da Costa e Leandro Paiva do Monte Rodrigues, pela disponibilidade e gentileza de terem aceitado o meu convite para serem examinadores da pesquisa.

A todos, citados aqui ou não, que ao longo da minha vida acadêmica contribuíram, direta ou indiretamente, para que este momento se tornasse possível, meu muito obrigado!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 AS LIGAS CAMPONESAS, O REGIME MILITAR E A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA.....	16
2 A REDEMOCRATIZAÇÃO E A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA.....	19
3 A REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA	26
4 ASSENTAMENTO TANQUES.....	30
4.1 Moradia.....	33
4.2 Recursos hídricos.....	35
4.3 Saúde e educação.....	36
4.4 Caracterização e trabalho nos lotes.....	38
4.5 Acesso ao crédito.....	41
4.6 Condição de vida no assentamento.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	46

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: localização do assentamento Tanques.....	30
Imagem 2: Antiga sede do assentamento.....	33
Imagem 3: Sede atual do assentamento	33
Imagem 4: Agrovila do assentamento localizada em Riachão.....	34
Imagem 5: Agrovila do assentamento localizada em Dona Inês.....	34
Imagens 6 e 7: Casas no lote.....	34
Imagem 8: Cultivo de hortaliças no açude tanques.....	35
Imagem 9: Açude Tanques vazio.....	35
Imagem 10: Poço artesiano.....	36
Imagem 11: Barreiro no lote.....	36
Imagem 12: Criação de gado no assentamento.....	40
Imagem 13: criação de cabra no assentamento.....	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Assentamentos rurais criados no Brasil de 1995 a 2014.....	24
Gráfico 2: Quantidade de assentamentos por estado da região Nordeste em 2016.....	25
Gráfico 3: Assentamentos criados na Paraíba de 1984 a 2016.....	28
Gráfico 4: Divisão da população do assentamento por faixa etária.....	37
Gráfico 5: Avaliação dos lotes para atividade agropecuária.....	38
Gráfico 6: Nível de inadimplência no assentamento.....	42

LISTA DE SIGLAS

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PA – Projeto de Assentamento

PCB – Partido Comunista do Brasil

SAPP – Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco

SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

MIRARD – Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária

UDR – União Democrática Ruralista

SRB – Sociedade Rural Brasileira

SNA – Sociedade Nacional da Agricultura

ITR – Imposto Territorial Rural

MST – Movimento Sem Terra

CPT – Comissão Pastoral da Terra

PT – Partido dos Trabalhadores

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

DNOCS – Departamento Nacional de Obra Contra as Secas

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

043 – GEOGRAFIA

TÍTULO REFORMA AGRÁRIA E TERRITORIALIDADE CAMPONESA: Um estudo de caso do assentamento Tanques nas cidades de Dona Inês/Riachão PB

LINHA DE PESQUISA: Poder Local e Organização do Espaço

AUTOR: CÍCERO ÉDSON DE OLIVEIRA GUEDES

ORIENTADOR: Luiz Arthur Pereira Saraiva (DG/CH/UEPB)

RESUMO

O sistema desigual de posse de terra brasileira é tão antigo quanto à própria colonização, com a implantação das capitanias hereditárias. Desde então, a elite fundiária vem criando mecanismos para impedir a realização da reforma agrária, a exemplo da Lei de Terras em 1850 e a aliança entre as oligarquias rurais e urbanas após a crise de 1929. Foi apenas a partir da década de 1950 que os camponeses começaram a se articular através de movimentos sociais de luta pela terra, pressionando o governo e fazendo com que fossem implantados os primeiros assentamentos rurais no Brasil. Nessa perspectiva, o presente trabalho objetiva analisar o processo de formação do assentamento Tanques em Dona Inês/Riachão PB, bem como as condições de vida e trabalho dos assentados após a criação do PA. Nesta pesquisa apresentamos ainda uma reflexão sobre a atuação das Ligas Camponesas e do regime militar na reforma agrária brasileira. Em uma sequência histórica lógica, apresentamos e discutimos dados sobre a reforma agrária após a redemocratização do país, em nível nacional e no estado da Paraíba. E por fim, fizemos um estudo mais aprofundado sobre o assentamento Tanques, buscando compreender todo seu processo de formação e sua dinâmica interna.

Palavras chave: Reforma agrária, assentamentos, movimentos sociais.

043 – GEOGRAPHY

TITLE: AGRARIAN REFORM AND CAMPONESE TERRITORIALITY: A case study of the Tanks settlement in the cities of Dona Inês / Riachão PB

LINE OF RESEARCH: Local Power and Organization of Space

AUTHOR: CÍCERO ÉDSON DE OLIVEIRA GUEDES

ADVISOR: Luiz Arthur Pereira Saraiva (DG / CH / UEPB)

ABSTRACT

The unequal system of Brazilian land ownership is as old as the colonization itself, with the creation of hereditary captaincies. Since then, the latifundia elite has been creating mechanisms to prevent the realization of agrarian reform, such as the Land Law in 1850 and the alliance between rural and urban oligarchies in 1930. It was not until the 1950s that peasants began to articulate through social movements of struggle for the land, pressing the government and causing the first rural settlements in Brazil to be implemented. In this perspective, the present work aims to analyze the process of formation of the Tanks settlement in Dona Inês PB, as well as the living and working conditions of the settlers after the creation of the PA. In this research we present a reflection on the performance of the Peasant Leagues and the military regime in the Brazilian agrarian reform. In a logical historical sequence, we present and discuss data on agrarian reform after the country's redemocratization, at the national level and in the state of Paraíba. And finally, we did a more in-depth study on the Tanks settlement, seeking to understand all of its formation process and its internal dynamics.

Keywords: Agrarian reform, settlements, social movemen

INTRODUÇÃO

A má distribuição da terra no Brasil tem origem histórica. Essa questão remonta-nos ao período da colonização portuguesa, com a criação das capitanias hereditárias e as sesmarias, que colocava muita terra nas mãos de poucos. Desde então, até a contemporaneidade, o acesso à terra tem sido dificultado para grande parte dos brasileiros, gerando um sistema desigual de distribuição das propriedades rurais (FILLIPI, 2005).

Em meados do século XIX, com a suspensão do sistema de sesmarias, aliado à pressão dos países europeus que queriam expandir seus mercados, surge no Brasil a primeira possibilidade de uma mudança na estrutura agrária, já que a legislação fundiária portuguesa havia perdido legitimidade com a independência brasileira. Porém, a reforma agrária não interessava à elite latifundiária, que precisava de trabalhadores sem terra para trabalharem nas lavouras cafeeiras. É criada então a Lei de Terras de 1850, que garante o acesso aos imóveis rurais apenas pela compra em dinheiro, impedindo que a população pobre tenha acesso à terra e mantendo concentração fundiária

Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra (STEDILLE, 2012, p. 24).

Com a Lei de Terras, iniciou-se um intenso cerco às propriedades e expropriação de camponeses, condições que intensificaram os conflitos pelo direito a terra a exemplo de Canudos¹ e Contestado². Também representam, de igual modo, a violência contra aqueles que se opõem ao sistema do latifúndio (FERNANDES, 2000).

Outro momento propício para se alterar a estrutura fundiária brasileira surgiu com a crise de 1929, que causou um declínio drástico no preço do café, motor da economia nacional, levando as oligarquias rurais a entrarem em decadência. Com a burguesia industrial assumindo a liderança da economia do país, surge a possibilidade de reforma agrária, já que isso representava a expansão do mercado consumidor interno. No entanto, o que houve foi uma espécie de acordo político entre as velhas e as novas elites, onde os industriais e

1 Movimento de resistência camponesa que se opunha a ordem de submissão estabelecida pelos coronéis, ocorrido na fazenda de canudos, no sertão baiano entre os anos de 1893 e 1897, liderado pelo beato Antônio Conselheiro. No povoado viviam aproximadamente 10.000 pessoas, antes de ser destruído pelas tropas militares (FERNANDES, 2000).

2 Movimento de resistência camponesa entre os anos de 1912 e 1916, entre Santa Catarina e Paraná, contra a doação de suas terras a uma empresa inglesa para construção de uma ferrovia. Assim como em canudos, a população de Contestado também foi massacrada por tropas militares (LACERDA; MALAGODI, 2007).

comerciantes tornaram-se clientes políticos das oligarquias, mantendo novamente a posse da terra inalterada (MIRALHA, 2006).

Na segunda metade da década de 1950 a reforma agrária ressurgiu no cenário nacional. A partir de então começam a ganhar força os movimentos sociais de luta pela terra, como as Ligas Camponesas, que passam a pressionar o governo pelo direito de permanecer na terra. Diante de tais pressões, o Estado iniciou um tímido processo de criação de assentamentos no Brasil. Uma tentativa de diminuir os conflitos no campo envolvendo trabalhadores que buscavam na terra uma alternativa de sobrevivência e desenvolvimento (PAIM; DALL'IGNA, 2011).

Segundo Bergamasco; Norder (1996), a teoria de assentamento surgiu no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária na Venezuela em 1960 e se propagou para outros países. Ainda de acordo com os autores supracitados, podemos definir assentamentos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores sem ou com pouca terra.

Dessa forma, mesmo com uma grande quantidade de pessoas ainda sem terra, os assentamentos estão presentes no quadro da transformação agrária brasileira desde os anos 1960. Porém, garantir o desenvolvimento dessas áreas reformadas vai muito além da distribuição de terras para aqueles que não têm acesso. Muitos desses espaços ainda encontram-se carentes de políticas públicas efetivas que visem o seu desenvolvimento e a promoção social de seus beneficiários (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Contudo, mesmo carente de políticas públicas mais efetivas, desde que a criação de assentamentos de reforma agrária se fez presente no espaço agrário brasileiro, tem melhorado significativamente as vidas de muitos agricultores, conforme aponta estudos do INCRA (2010), Esquerdo; Bergamasco; Oliveira (2014) e Oliveira (2013). Partindo dessa conjuntura, é possível pensar o contexto do que vem acontecendo no PA Tanques em Dona Inês/Riachão PB, uma vez que o livre acesso à terra garante mais autonomia aos agricultores, criando novos atores sociais, possibilitando aos mesmos se livrarem das relações de trabalho exploratórias.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de formação do assentamento Tanques em Dona Inês/Riachão/PB e seus impactos na qualidade de vidas dos assentados. Compõem os objetivos específicos da pesquisa verificar o acesso às condições básicas de moradia, água, energia, saúde e educação no assentamento; analisar as condições dos lotes e se estão configurados a atender as necessidades das famílias; identificar

as principais linhas de crédito disponibilizadas aos assentados e a aplicabilidade dos recursos, bem como verificar como está a vida dos assentados atualmente.

Pesquisar a questão agrária brasileira foi algo que sempre me despertou interesse, por ser filho de pais agricultores assentados. Além do mais, mesmo tendo atualmente a quantidade de cinco assentamentos, pouco se estuda sobre a reforma agrária na cidade de Dona Inês. Desta forma, através desta pesquisa, além de deixar minha contribuição para a melhor compreensão do tema, espero incentivar outras pessoas a desenvolverem novas pesquisas na área.

Para que a pesquisa fosse conduzida de forma verossímil foi indispensável um levantamento bibliográfico confiável, através de pesquisas em sites e literaturas acadêmicas sobre o tema reforma agrária, para embasamento teórico sólido do objeto estudado.

Após a conclusão da parte teórica, o trabalho de campo foi de fundamental importância. Nessa etapa, foram feitas algumas visitas à área estudada, o que permitiu ao pesquisador maior sociabilidade com os assentados, fazendo com que os mesmos se sentissem mais a vontade para fornecer as informações necessárias. O trabalho de campo se constitui em três etapas: a primeira consiste em fazer visitas para observação do local, onde foram levantadas informações sobre as condições do assentamento, como água, energia, acessibilidade, educação, etc. Após, foram feitas algumas visitas à sede para consulta de documentação como livro de atas, estatuto social, além de acompanhamento das reuniões da associação.

Por fim, foi aplicado um questionário, para obtenção de alguns dados. Essas informações foram coletadas com 15 assentados, o que representa 35% dos titulares ou responsáveis dos lotes a partir de um sorteio prévio, e serviram de embasamento para resposta de algumas questões propostas neste trabalho.

Além da introdução e considerações finais, este trabalho está estruturado em quatro tópicos. No primeiro fazemos uma reflexão sobre a atuação das Ligas Camponesas e do regime militar na reforma agrária brasileira. Após, apresentamos e discutimos dados sobre a reforma agrária após a redemocratização do país. Em seguida, são apresentadas algumas informações sobre a reforma agrária na Paraíba. E por fim, fizemos um estudo mais aprofundado sobre o assentamento Tanques, buscando compreender todo seu processo de formação e sua dinâmica interna.

1 AS LIGAS CAMPONESAS, O REGIME MILITAR E A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Criadas oficialmente em 1945 pelo também recém-criado Partido Comunista do Brasil (PCB), as Ligas Camponesas tinham como principal objeto ampliar as discussões acerca da concentração fundiária brasileira. Sendo assim, a ideia central do partido, nas palavras de Fabrine; Roos, (2014, p. 82) “estava assentada na eliminação do latifúndio, entendido como resquício feudal e, portanto, um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas no campo”.

a participação nos movimentos sociais permite ao sujeito enxergar a sua condição de oprimido e “excluído” do apropriação dos meios de produção, principalmente a terra. A partir da consciência política, se mobiliza e luta, não somente para garantir seu direito a cidadania, mas também por transformações sociais advindas da igualdade na distribuição da terra. (FABRINE; ROOS, 2014, p. 72).

Todavia, conforme Silva (2009), a formação das Ligas Camponesas pelo PCB não se deu apenas no intuito da mobilização do campesinato acerca da questão agrária brasileira. Outro objetivo era expandir a influência do partido entre os meios rural e urbano, gerando uma ligação entre os operários e os camponeses, para fortalecer a articulação. Em 1946 o partido chega até a apresentar um projeto de reforma agrária através do senador Luiz Carlos Prestes, mas não saiu do papel, já que ainda em 1946 é criada a Carta Magna, determinando que

toda desapropriação por interesse social ou por utilidade pública realizar-se-ia mediante a prévia indenização em dinheiro. Diante deste empecilho não havia, portanto, condições reais de efetuar-se qualquer reforma com relação à questão da posse da terra e de sua melhor distribuição, pois, não havia recursos em caixa para o Estado executar a redistribuição de terras dependendo da sua demanda, da forma colocada no Art. 141§16 da constituição federal (SILVA, 2009, p. 10).

Um ano após, o partido foi posto na ilegalidade e as ligas foram diluídas, mantendo ainda algum trabalho a liga de Iputinga no estado de Pernambuco, liderada por José dos Prazeres. Em 1955 o então líder da articulação, em parceria com os camponeses do engenho Galileia, criam a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPP), no referido Engenho. O então dono do engenho Oscar de Arruda Beltrão foi convidado a assumir a presidência de honra da associação. Entretanto, alertado por outros proprietários dos problemas que poderiam surgir, não só recusou o pedido como tentou expulsar os camponeses do estabelecimento. Inicia-se então uma batalha tanto física quanto jurídica, surgindo então as Ligas Camponesas do engenho Galileia (RODRIGUES, 2012).

Em 1959, as ligas conseguiram a desapropriação da área, o que fortaleceu significativamente o movimento e possibilitou sua expansão para vários estados do país. Em

1961 já estavam presentes em 10 estados brasileiros (RODRIGUES, 2012). Até 1964, vivenciam um período de notável crescimento de suas conquistas e influência, chegando a ganhar repercussão nacional e internacional. As ligas do Nordeste, com o notável crescimento, passaram a defender a reforma agrária radical, “na lei ou na marra”. O movimento distribuía cordéis,³ que traziam em seus conteúdos o sofrimento dos camponeses e fazia apologia à luta camponesa por melhores condições no campo (MONTENEGRO, 2008).

Em virtude do acirramento das tensões sociais no campo, o governo João Goulart tenta iniciar um processo de reforma agrária. Em outubro de 1962, o então presidente cria a SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária

O principal objetivo da Supra era colaborar na formulação de uma política agrária para o país, planejando e executando a reforma agrária e utilizando-se do recurso da desapropriação dentro da legislação em vigor. O governo Goulart pretendia promover a desapropriação por interesse social, com a finalidade de incetar uma distribuição fundiária e condicionar o uso da terra ao bem estar social. Por isso, procurou aprovar no Congresso Nacional uma emenda constitucional na qual as desapropriações deveriam ser pagas em títulos da dívida pública (FABRINE; ROOS, 2014. p. 83).

No entanto, o que se concretizou novamente foi o interesse dos latifundiários, pois o projeto acabou derrotado no congresso. Posteriormente, outra proposta de distribuição de terras aos camponeses situadas nas proximidades de rodovias e ferrovias federais e açudes públicos também viria a ser derrotada pelos parlamentares (FABRINE; ROOS, 2014).

Nos meses que antecederam o golpe militar de 1964, as ligas congregaram entre 70 e 80 mil pessoas em todo Brasil. Em junho do mesmo ano deveria ser realizado o I Congresso das Ligas Camponesas no Brasil, para discutir assuntos importantes do movimento, como teses e direção. Porém, o golpe no mês de abril interrompeu esse processo. “Sua organização foi destruída, e seus líderes perseguidos, sendo exilados ou mortos, alguns pelos próprios fazendeiros ou usineiros, outros pelas forças militares, infinitamente superiores aos camponeses” (JESUS, 2011, p. 10).

Com a chegada dos militares ao poder, em 1964, dá-se início a um período de extrema ditadura, que se estende por mais 20 anos. Esse período é marcado pela intensa modernização no campo, visando atender aos interesses capitalistas de produção, baseado na produção em larga escala (PAIM; DAL’IGNA, 2011). Esse modelo de produção é denominado por Buainain et al, 2008, como “modernização conservadora”, onde moderniza-se o sistema produtivo, mantendo inalterado o sistema fundiário

A modernização conservadora do latifúndio reforçou a concentração da propriedade de terra e o caráter excludente do modelo de desenvolvimento agropecuário; como

³ De acordo com Teixeira (2008), cordel vem da palavra cordão, que são pequenos livros de versos que geralmente são vendidos em feiras pendurados em cordões. Também são conhecidos como livrinhos de feiras ou livretos.

regra geral, as “relações arcaicas” foram substituídas por relações de assalariamento temporário, embora, em muitas regiões, sem qualquer proteção legal [...] a produção de subsistência foi em grande medida eliminada e os produtores, expulsos para os centros urbanos (BUAINAIN et al, 2008, p. 19).

Em 1964, na gestão do militar Castelo Branco, é criado o Estatuto da Terra, que visava realizar a desapropriação de terras consideradas improdutivas, com objetivo de melhorar a produtividade nacional. O estatuto definia ainda como órgãos responsáveis pela implementação das políticas de reforma agrária o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) (MENDONÇA, 2010). Em 1970, as duas instituições passaram por uma junção, dando origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (FILLIPI, 2005), que adquiriu um papel de grande destaque entre as políticas públicas direcionadas pelo Estado aos assentamentos, já que com política de crédito própria, financia a implantação dos lotes, com recursos para construção da moradia, disponibilização de crédito para investimentos com prazos e carências (ALBUQUERQUE et al, 2004).

O Estatuto da Terra tem grande importância histórica, uma vez que, mesmo em pleno regime militar, trata-se da primeira lei de reforma agrária do país. De acordo com a lei de 4.504 de 1964, em seu Art. 16 “A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”.

Entretanto, com o “sucesso” do modelo agroindustrial implantado, que possibilitou o “milagre econômico” brasileiro na década de 1970, o estatuto torna-se letra morta, já que a concentração fundiária do país não representava obstáculo para o desenvolvimento nacional. Programas de colonização em terras virgens da Amazônia e em outras áreas de fronteiras passaram a ser consideradas suficientes para resolver o problema da demanda por terra, aliado a uma intensa repressão aos movimentos sociais (BUAINAIN et al, 2008). Não obstante, em mais de vinte anos, os militares assentaram apenas 77.475 famílias em projetos de assentamentos (GUERRERO; BERGAMASCO, 2014).

Sendo assim, a violência imposta às Ligas Camponesas que resultou em sua dissolução, se fez também presente ao longo do período ditatorial, reprimindo qualquer forma de organização camponesa que viesse a reivindicar a reforma agrária

No período entre 1964 e 1971, a maior parte das mortes ocorreu na região Nordeste, na intenção dos latifundiários de frear, pela violência, os ideais semeados pelas Ligas Camponesas. A partir de 1972 foi na Amazônia que se concentrou o maior número de assassinatos no campo, embora também continuassem presentes também no Nordeste

e no Centro-Sudeste. A década de 1970 foi marcada, sobretudo, pela luta dos posseiros na Amazônia (STEDILE, 2016, p. 338).

Nesse processo de repressão a reforma agrária do estatuto da terra, merece destaque a atuação da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), que fizeram uso constante de seu poder de mobilização frente aos grandes proprietários. As entidades se mostraram contrárias também tanto às reformas de base de João Goulart, quanto ao I PNRA de José Sarney (MENDONÇA STEDILE, 2010).

2 A REDEMOCRATIZAÇÃO E A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA

A partir de 1985, com a redemocratização nacional, o tema reforma agrária volta a ser discutido. Sobretudo com a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) em 1985, com o presidente José Sarney, elaborado por José Gomes da Silva, historiador e defensor da reforma agrária, criado através do decreto nº 91.766, de outubro de 1985 (FILLIPI, 2005).

Ambicioso em seus propósitos, o PNRA, através do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRARD), visionava ao assentamento de 1,4 milhão de famílias em 43 milhões de hectares até o final do mandato presidencial, em 1989. Evidentemente, tal meta jamais foi alcançada. Segundo os dados oficiais, pouco menos de 83 mil famílias foram assentadas em 4,5 milhões de hectares, ou seja, menos de 6% da meta inicial (FILLIPI, 2005, p. 111).

Tais objetivos propostos não foram atingidos devido à intensa luta dos setores contrários a reforma agrária, especialmente o patronato rural, que, por deterem grande poder aquisitivo e legislativo, conseguiram impor uma série de alterações ao PNRA original na assembleia constituinte de 1986, sobretudo com a criação de empecilhos jurídicos.

Os agentes sociais contrários à reforma agrária conquistariam, durante os trabalhos do Congresso Nacional Constituinte, mais uma significativa vitória. No seu capítulo III (“Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária”), do título VII (“Da ordem econômica e financeira”), inciso II, do artigo 185, a constituição de 1988 estabeleceu que a “propriedade produtiva” é insuscetível a desapropriação por interesse social. Configura-se, portanto, em um verdadeiro cipoal jurídico, que tem, na prática, constituído um dos principais impasses para a viabilização de um processo mais amplo de reforma agrária no país (CAUME, 2006, p. 20)

Após as limitações jurídicas impostas pela ala ruralista à reforma agrária, em seu texto final, o I PNRA trouxe retrocessos em relação a próprio estatuto da terra, criado há vinte anos, “começando pelo artigo 2º, §2, do decreto nº 91.766 de 1985⁴, no qual a desapropriação é colocada como secundária entre as medidas a serem adotadas pelo governo” (VECINA, 2012, p. 3). Além de colocar a desapropriação em segundo plano, o plano ainda restringe a

4 Decreto que deu origem, após várias versões revogadas pela área ruralista, ao I PNRA (VECINA, 2012).

imposição da medida aos estabelecimentos que sejam considerados improdutivos, deixando de lado os outros elementos que compõem o critério de função social da terra, como o bem estar dos que nela trabalham e a conservação dos recursos naturais existentes na propriedade (VECINA, 2012).

Com o intuito de ampliar suas ideias antirreformistas, em junho de 1985 foi criada ainda a União Democrática Ruralista (UDR), cuja sua base inicial era formada predominantemente por pecuaristas do eixo Goiás – São Paulo – Minas Gerais, já que eram detentores de grandes extensões territoriais, que, por não cumprirem sua função social, estariam suscetíveis a desapropriação. Posteriormente, a entidade começa a aglutinar também médios e pequenos proprietários, temerosos de perderem suas propriedades nesse contexto. Beneficiários de reforma agrária não podiam filiar-se a UDR (MENDONÇA, 2010).

Com algumas vitórias no campo jurídico sobre o PNRA e sua base consolidada e ampliada, a UDR passa a disputar também a representatividade do setor agroindustrial do país com entidades tradicionais como a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), bem como buscar também seu reconhecimento como entidade política. Em 1987, a UDR mostra sua força no cenário político, quando, após a morte em um acidente aéreo do ministro e crítico desta articulação Marcos Freire, a instituição indica seu substituto Jader Barbalho que, já no ato de sua posse, se mostra interessado em ouvir a UDR. Pouco tempo depois, o então presidente José Sarney extinguiria o INCRA (MENDONÇA, 2010).

Diante de tantos obstáculos, o governo Sarney se tornou fadado ao fracasso de suas metas traçadas para reforma agrária. Se por um lado a ascensão dos movimentos sociais não deixava o governo secundarizar a reforma agrária, por outro, as conspirações políticos-burocráticas impediam sua efetivação. Sendo assim, os poucos assentamentos criados nessa gestão foram direcionados às áreas de expansão agrícola e maior incidência de conflitos (VECINA, 2012).

Sucessor de José Sarney, Fernando Collor de Mello (1990–1992) iniciou seu governo com a reivindicação da ala ruralista de mudança na forma indenizatória nas desapropriações. De acordo com a bancada ruralista, as indenizações deveriam ser pagas levando em conta o valor de mercado, e não com base no ITR, conforme propusera o PNRA. Sendo assim, Fernando Collor já tem o início de seu governo marcado pelo enfraquecimento de suas proposituras pró reforma agrária, levando-o a criar metas mais tímidas que o governo anterior (VECINA, 2012).

O então presidente se comprometeu assentar em seu mandato quinhentas mil famílias, menos da metade do que propôs (e não cumpriu) o seu antecessor. Além de não cumprir sua

meta, assentando apenas 30 mil famílias, seu governo foi responsável pelo desmantelamento da administração pública, que resultou em seu impeachment (CAUME, 2006). A repressão violenta às ocupações também é marca negativa deste governo, “com prisões seletivas de lideranças. A polícia federal invadiu as diversas secretarias do MST em vários estados e prendeu muitos de seus membros” (STEDILE, 2013, p. 228). Seu sucessor, Itamar Franco, tentou, de forma tímida, reestabelecer os mecanismos da reforma agrária com um programa emergencial que pretendia assentar oitenta mil famílias, mas foram assentadas apenas 23.000, em área de 1.228.999 hectares (CAUME, 2006).

A partir de meados da década de 1990, a reforma agrária passa a ser um tema mais discutido, principalmente com o ganho de força do Movimento Sem Terra (MST), que, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), passa a ganhar destaque no noticiário nacional. Através da ocupação de várias fazendas improdutivas ou com a sua legalidade contestada em todo território nacional, o movimento passa a realizar intensa pressão ao governo pelo direito à terra, onde a partir de então há uma intensificação no processo de desapropriação de terras para atender, pelo menos em parte, as famílias acampadas (MIRALHA, 2006).

Na luta pela terra, no confronto com o latifúndio, o Movimento utiliza-se de mecanismos como as ocupações de terras para manter em pauta a questão da reforma agrária e pressionar o Estado a procurar a solução para os conflitos, o Movimento procura pressionar para que o governo acelere o processo com políticas capazes de trazerem mudanças na estrutura existente. Neste sentido, é que destacamos a luta do MST, através das ocupações na luta pela terra no Brasil (CARVALHO, 2005, p. 02).

Com o acirramento das pressões exercidas pelos movimentos sociais, o presidente Fernando Henrique Cardoso passa a reconhecer a importância da reforma agrária ao menos para minimizar os conflitos no campo. Mesmo sem haver muitas pretensões de mudanças estruturais no quadro agrário brasileiro, FHC adota uma política bem mais agressiva em relação aos governos anteriores, aumentando significativamente o número de assentamentos no Brasil (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2013). Em seu primeiro mandato, que se estendeu de 1995 a 1999, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), realizou a desapropriação de 10.706.365 hectares, beneficiando 240.819 famílias. De acordo com Stedile (2013, p. 211), “a primeira gestão do governo FHC foi o momento da história em que mais famílias foram assentadas e mais assentamentos foram criados”.

No entanto, a territorialização do MST e de outros movimentos sociais não marca apenas o aumento no número de assentamentos. Junto com as conquistas dos camponeses, cresce também a violência imposta aos militantes por parte do governo e dos latifundiários,

tendo como exemplos mais repercutidos os massacres de Corumbiara⁵ e Eldorado dos Carajás⁶, verdadeiros campos de batalhas, onde as baixas, nesses e em outros episódios, ocorrem sempre do lado dos camponeses (VECINA, 2012).

No segundo mandato, de 1999 a 2002, esses números apresentaram uma redução significativa, com 7.296.429 hectares e 149.140 famílias assentadas (FERNANDES, 2008). Uma característica importante do segundo mandato do governo FHC foi quanto à aquisição de terras para a realização de reforma agrária, deixando de ser o mecanismo principal a desapropriação, uma vez que o mesmo criou medidas provisórias visando criminalizar as ocupações de terra. Essas medidas foram responsáveis diretas pela redução de famílias assentadas no período de 38%, redução na criação de assentamentos de 26,6% e redução nas áreas reformadas de 31,8%, além de conter o avanço dos movimentos sociais (FRANÇA; SILVA, 2012).

Mesmo tendo realizado em seus dois mandatos grande número de assentamentos, levando o mesmo a propagandear que realizou a maior reforma agrária do país, sua política de reforma agrária trouxe alguns resultados negativos. Em virtude de o mesmo nunca ter tido um projeto efetivo de reforma agrária, já que 90% dos assentamentos foram decorrentes de ocupação de terra, houve uma precarização dos assentamentos implantados, com projetos incompletos e recursos escassos (FERNANDES, 2003). “Os assentamentos implantados pelo Governo FHC possuem carências no que se refere ao crédito, à extensão rural, a educação, lazer e saúde. Bem como equívocos em não considerar as diferenças regionais e as particularidades locais, dentro de cada estado” (MIRALHA, 2006, p. 162).

Ainda existem também críticas quanto ao método utilizado para chegar a essa quantidade de assentamentos implantados, através da inflação de alguns números de assentamentos e famílias assentadas, conforme aponta Albuquerque (2006, p. 30)

Um deles foi considerar as famílias que haviam recebido permissão para ‘entrar em qualquer área adquirida pelo governo federal, estado ou prefeitura. Ou seja, quem não estava na terra já era um assentado. Outro recurso foi considerar a mera capacidade total do assentamento como o número real de famílias assentadas, sem a confirmação se todos os lotes estavam ocupados. Como se não bastasse, o governo FHC chegou ao absurdo de considerar como assentados trabalhadores rurais que estavam mortos havia anos.

5 Conflito ocorrido na fazenda Santa Elina, em Rondônia. Conforme relata Mesquita (2002), na madrugada do dia 9 de agosto do ano de 1995, após 25 dias de acampamento das famílias, ocorreu o massacre, onde homens foram mortos sumariamente e mulheres feitas de escudo por policiais e jagunços. Pessoas foram torturadas e os acampamentos incendiados.

6 Conflito ocorrido dia 17 de abril do ano de 1996 na fazenda Macaxeira, estado do Pará. Por volta das 16 horas da data em questão, os trabalhadores que estavam acampados na fazenda desde setembro de 1995, foram cercados por tropas policiais, o que provocou vários enfrentamentos entre soldados e trabalhadores que culminou na morte de 19 trabalhadores rurais e de um soldado, com mais 56 feridos e prováveis execuções posteriores (ALVES, 2014.)

Em janeiro de 2003, tem início a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em outubro de 2002. O então presidente trouxe consigo a esperança de significativas mudanças no quadro agrário brasileiro, haja vista fazer parte de suas propostas políticas desde 1989, a realização de uma ampla reforma agrária. Em virtude disso, o mesmo teve sua bandeira hasteada pelo MST e outros movimentos de luta pela terra em todo Brasil (ENGELMANN; GIL, 2012).

Porém, com a presidência da república em mãos, as políticas agrárias do governo Lula tomaram outros rumos. Em 1989 seu principal objetivo como presidente no tocante a questão agrária seria enfrentar a concentração fundiária e realizar a desapropriação de latifúndios, visando fortalecer o modo de produção familiar. Já em 2003, a proposta é reduzida a criação de assentamentos, através da desapropriação de áreas improdutivas ou ilegais (ENGELMANN; GIL, 2012).

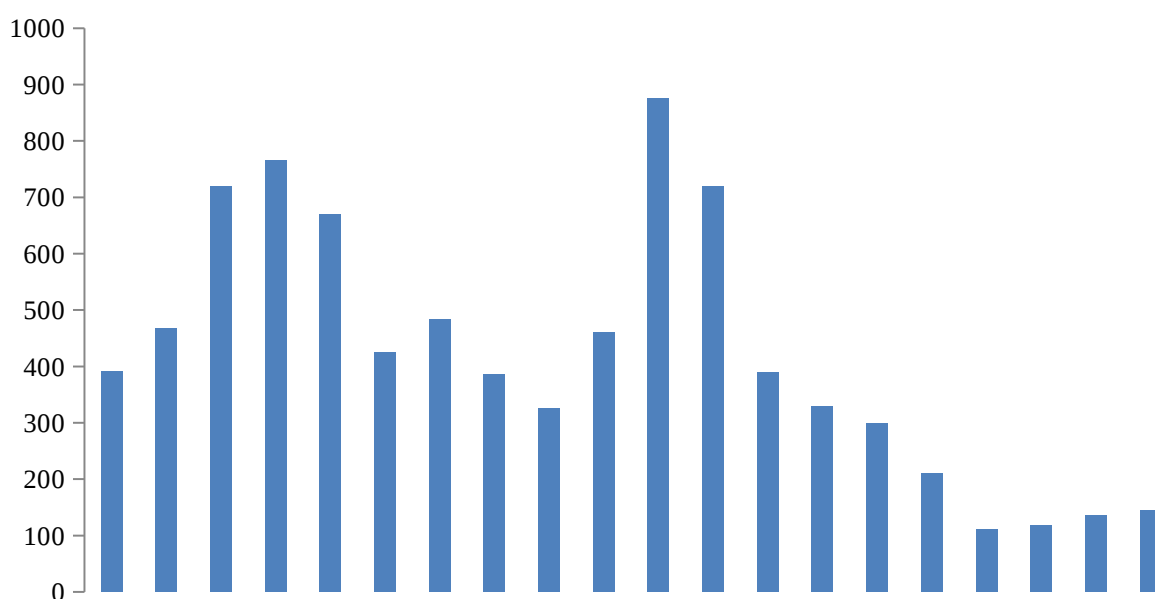
No mesmo ano, o então presidente elabora o Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), com uma série de medidas objetivando melhorias no espaço agrário brasileiro. Porém, o mesmo plano torna-se muito contraditório, uma vez que também cria obstáculos no que diz respeito principalmente ao acesso aos créditos rurais e a própria terra (MIRALHA, 2006). Assim como o I, o II Plano Nacional de Reforma Agrária também traz um recuo drástico de sua proposta original. A meta, que inicialmente seria assentar 1 milhão de famílias, após as sanções impostas pela ala ruralista, é reduzida para apenas 400 mil para todo o governo Lula (ALBUQUERQUE, 2006).

Segundo Incra, entre os anos de 2003 e 2008, o governo Lula teria assentado 519 mil famílias. Números esses questionados por Engelman; Gil (2012), onde afirmam que as informações divulgadas não passam de uma farsa, pois nesse período mencionado foram assentadas apenas 183.308 mil famílias. Continuando com seu questionamento ao governo Lula, os autores acima mencionados afirmam que, em seus dois mandatos, o petista enterrou a reforma agrária, criando apenas políticas compensatórias de assentamentos para confundir os movimentos sociais de luta pela terra (ENGELMANN; GIL, 2012).

Embora o governo analise de forma positiva sua política de reforma agrária, o presidente Lula ficou muito distante daquilo que havia firmado como proposta política (FERNANDES, 2006). Além de não cumprir suas metas traçadas pelo II PNRA, o governo Lula apenas repetiu a política fundiária dos governos anteriores, fortalecendo o agronegócio e se omitindo a desapropriar as terras de interesse das multinacionais (FRANÇA; SILVA, 2012).

Em decorrência do desempenho abaixo do estipulado pelo governo anterior, foi colocada em questão a possibilidade da não realização da reforma agrária por parte da presidente Dilma Rousseff. Mesmo afirmando que a prioridade de seu governo estaria pautada na erradicação da pobreza, a mesma não menciona a reformulação da estrutura fundiária brasileira como parte integrante de seu plano,

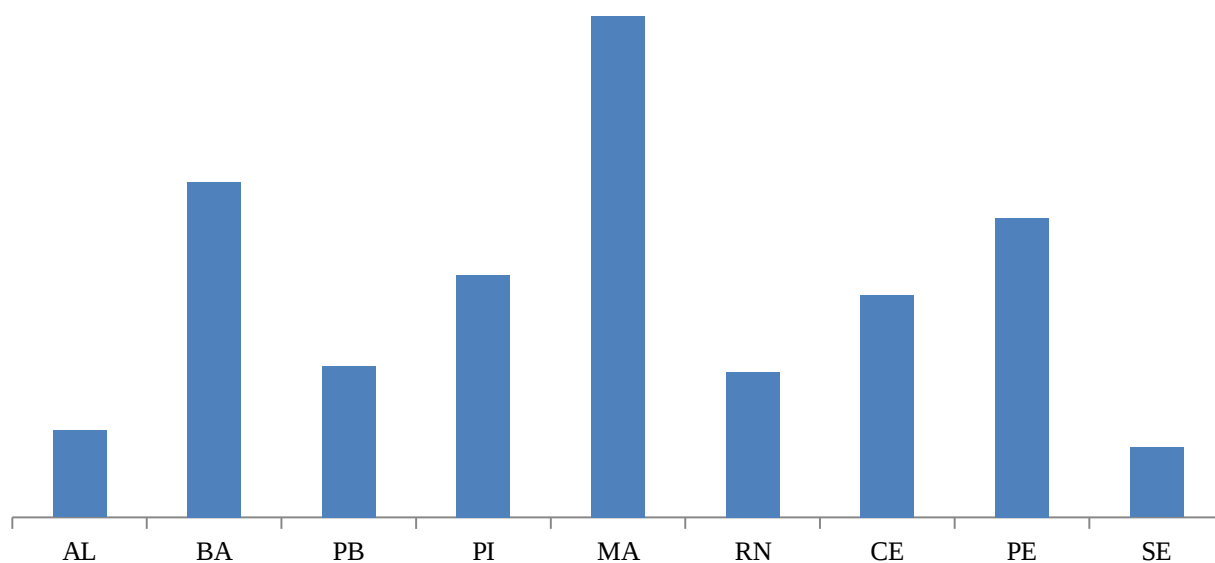
Em seu plano de governo nem constaram metas de assentamentos. Além disso, o governo tem mudado o foco e a opção tem sido a “qualificação” dos assentamentos existentes. Ou seja, a reforma agrária com redistribuição de terras foi abandonada no projeto político do Estado, e uma mostra disso é que, no ano de 2011, foram criados somente 109 assentamentos rurais, nos quais foram assentadas 9.079 famílias (FABRINE; ROOS, 2014. p. 94)



Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela, 2015. www.fct.unesp.br/nera

Através do gráfico acima, é possível notar o declínio na criação de assentamentos nos quatro primeiros anos de mandato de Dilma Rousseff, com apenas 512 assentamentos. Com esse desempenho, durante toda sua primeira gestão, ela sequer consegue atingir a média de FHC nos seus oito anos de mandato, que é de 528 assentamentos implantados anualmente (DATALUTA, 2015). Para (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2013), Dilma não deveria ter secundarizado a criação de assentamentos, uma vez que, ao menos temos uma melhoria na qualidade de vida das pessoas beneficiadas, já que garante acesso a terra pra trabalhar e moradia.

De acordo com INCRA (2017) foram criados, até o ano de 2016, 9.340 assentamentos em todo Brasil, beneficiando a quantidade 1.346.798 famílias, em uma área de 88.819.725 hectares de áreas reformadas. Deste percentual, a região Nordeste conta com 4.304 assentamentos, o que corresponde a 46% de todos os projetos implantados a nível nacional até o período em questão.



Fonte: INCRA 2016, elaborado pelo autor.

Deve-se levar em consideração que este número de assentamentos que a região Nordeste comporta não é uma obra do acaso. De acordo com dados do Dataluta (2015), entre os anos de 1988 e 2014, a região registrou 3.506 das 9.280 ocupações de terra no Brasil. Também envolveu, no período mencionado, 36,52% das famílias em ocupações. Tais condições fazem do Nordeste a macrorregião geográfica brasileira de maior acirramento das disputas territoriais. Vale lembrar que os conflitos por terra não são recentes na região, a exemplo dos movimentos já citados anteriormente de Canudos, na Bahia, e das Ligas Camponesas, consolidada inicialmente nos estados de Pernambuco e Paraíba.

3 A REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA

A questão da concentração fundiária paraibana tem sua origem já no processo de colonização brasileira, quando os portugueses transformaram o que hoje é o estado da Paraíba em uma das capitanias hereditárias, que vieram futuramente a dar origem ao regime de sesmarias. Embora não se possa precisar de fato o número de sesmarias criadas na Paraíba, entre os anos de 1586 e 1824 o historiador João de Lyra Tavares na obra *História territorial da Parahyba* registra 1.138 cartas de doação, emitidas entre 1586 e 1824, para plantar cana, criar gado ou cultivar lavouras de subsistência (FONSECA; LIMA, 2009).

De acordo com Moreira; Targino, (1996), a ocupação paraibana ocorreu no sentido leste-oeste, ou seja, do Litoral em direção ao Sertão. Enquanto a região litorânea especializou-se na atividade canavieira, no Agreste e Sertão foram as atividades da pecuária e policultura que determinou a organização inicial do espaço agrário paraibano.

Isso porque a necessidade de especialização das terras na produção da cana determinou a separação das atividades canavieira e pecuária. Daí resultou uma divisão regional do trabalho: a Zona da Mata voltou-se para a produção do açúcar e o interior (Agreste e Sertão), para a produção do gado e de gêneros alimentícios (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 32)

A penetração do criatório para o interior deu-se através dos chamados “caminhos do gado”, trilhas que seguiam o percurso dos rios em direção a região interiorana. Devido às condições desfavoráveis de pluviometria e pastagens, eram necessárias várias hectares para alimentar uma única rês. Tais fatores, associado a grande disponibilidade de terras, já que as terras indígenas eram consideradas disponíveis pelo colonizador, contribuíram para que a atividade da pecuária sertaneja se consolidasse em grandes propriedades, que eram as fazendas (MOREIRA; TARGINO, 1996).

Já no Agreste, diferente das demais mesorregiões, a pequena produção se fez mais presente ainda em seu processo de formação territorial. Moreira; Targino, (2011), apontam como principal motivo para essa formação diferenciada a retração da economia canavieira no século XVII, na medida em que liberou mão de obra dos engenhos, fazendo com que esses trabalhadores se deslocassem em direção ao Agreste e passassem a cultivar alimentos, principalmente milho e feijão, em pequenas propriedades. A presença desses pequenos produtores, associado às condições adversas de relevo, que dificultava a implantação de grandes fazendas, possibilitaram que a região tivesse um menor índice de concentração fundiária (PIRAUX; MIRANDA, 2010).

Na medida em que os colonizadores expandiam sua dominação pelo território paraibano, “a expropriação dos nativos passava a ser adotada, fato que deu início a um processo de resistência das comunidades indígenas. Tinha-se, então, a primeira forma de luta pela terra na Paraíba” (PIRAUX; MIRANDA, 2010, p. 55). Porém, o momento singular desta resistência remonta-nos ao surgimento das Ligas Camponesas em 1958.

A primeira liga camponesa surgiu no estado da Paraíba em 1958, fundada por João Pedro Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro com o nome de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, ligada a ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Foi então batizada pela imprensa de Ligas Camponesas de Sapé e ganhou notável repercussão por travar grandes lutas contra usineiros e grandes proprietários rurais do estado. Além das ligas de Sapé, na Paraíba, também foram criadas as Ligas de Alhandra, Alagoa Grande, Alagoinha, Areia, Belém, Caiçara, Campina Grande, Espírito Santo, Guarabira, Itabaiana, Mari, Mulungu, Pedras de Fogo e Santa Rita. Porém, com a instalação do golpe militar, as Ligas Camponesas foram duramente reprimidas e desarticuladas (SILVA, 2009).

Com o golpe militar instalado e a proposta de mecanização do campo, os setores ligados a agroindústria ganharam ainda mais força. O setor canavieiro foi beneficiado pelo Programa Nacional do Alcool – PROALCOL, criado em 1975, que melhorou e modernizou o sistema de produção em geral (FREIRE, 2010).

Na Zona da Mata da Paraíba, entre 1970 e 1985 ocorreu o mais elevado grau de mecanização da agricultura estadual. O número de unidades de produção industrial do setor canavieiro da região passou de 5 para 16, a área de cana colhida e a quantidade produzida expandiu-se vertiginosamente. Paralelamente, os produtores familiares e os membros não remunerados de família decresceram 9,9% e os parceiros 16,9%. [...] Verifica-se nessa fase de apogeu do Proalcool que três processos ocorrem paralelos na região: a expulsão e a proletarianização de parcela do campesinato; a resistência de parte do campesinato ao processo de expulsão que culminou na explosão de conflitos de terra e; a organização do movimento sindical em torno da luta por melhores condições de trabalho e salário dos assalariados. (MOREIRA; TARGINO, 2011, p. 151).

Já o setor da pecuária manteve sua base sólida de grandes extensões de terra, melhorando suas pastagens com a utilização de insumos e agrotóxicos industriais

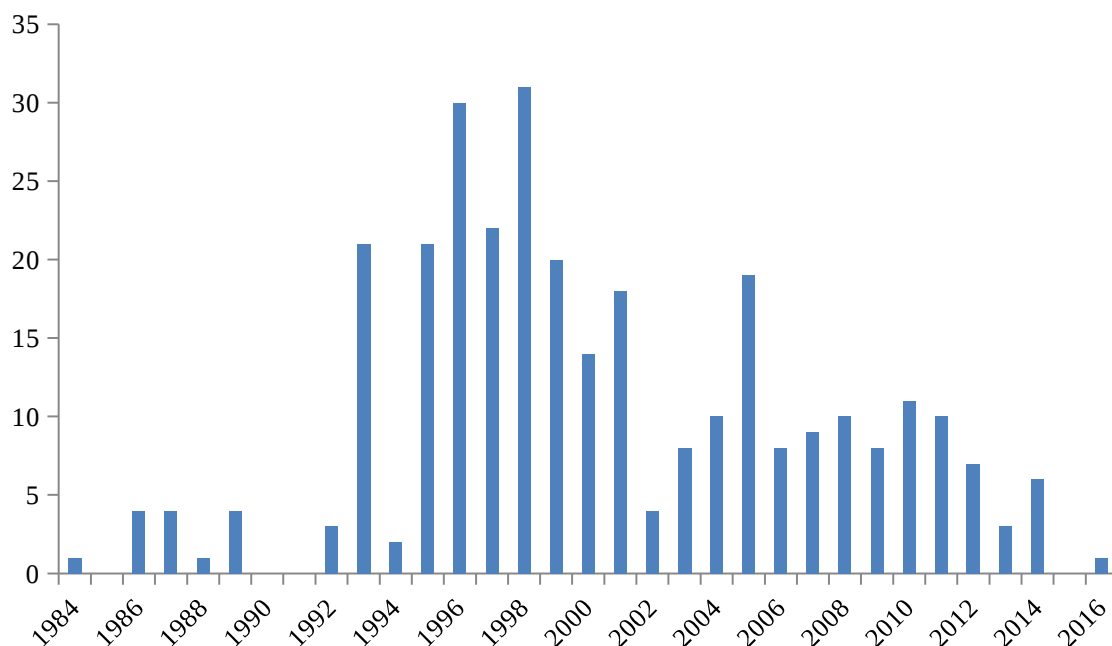
Para tanto foi fundamental a política de incentivos creditícios e fiscais adotada pelo governo federal, disponibilizando recursos para a aquisição de animais, construção de cercados, implantação de campos de palma forrageira e de formação de capinas, aquisição de equipamentos e melhoria das instalações das fazendas, etc. Nesse período, o criatório ampliou suas fronteiras no interior do semi-árido MOREIRA; TARGINO, 2011, p. 158).

Com a substituição das lavouras dos camponeses por cana e capim e o aumento significativo do desemprego no campo, ocasionada por esse processo de modernização da atividade agropecuária, associado a fatores como fim do regime militar, anúncio do I Plano

Nacional de Reforma Agrária, surgimento do MST, intensificaram a luta dos camponeses por terra a partir da segunda metade da década de 1980. Nessa época, além do MST, os agricultores tiveram o apoio da CPT, e conseguiram a transformação de várias áreas de conflitos em projetos de assentamentos (RODRIGUES, 2012).

Soma-se a isso ainda, no caso Agreste, Borborema e Sertão, a disseminação da praga do bicudo na atividade algodoeira e sucessivos anos de seca, o que reduziu o potencial produtivo de muitas fazendas, a ponto de o próprio dono colocar o imóvel a disposição do INCRA para implantação de assentamentos de reforma agrária (MOREIRA; TARGINO, 2011).

Nesse momento, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado da Paraíba (FETAG) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de forma burocrática, passaram a encaminhar pedidos de desapropriação acolhidos pela gestão do INCRA como uma forma de atender as metas anuais da política fundiária do Governo FHC para a Paraíba. Entre os anos de 1986 e 1999 foram criados na região 19 projetos de assentamentos abrangendo 36.733, 03 hectares de terra onde foram assentadas 1.300 famílias (Moreira; Targino, 2011, p.158).



Fonte: INCRA 2016 elaborado pelo autor.

Conforme aponta o gráfico acima, entre os anos de 1984 e 2016 foram implantados no estado da Paraíba 310 assentamentos, comportando um total de 14.772 famílias assentadas em uma área de 293.828,10 (INCRA, 2017). De forma notória, o ápice desse processo se deu entre os anos de 1993 e 2001, impulsionados diretamente pela ação dos movimentos sociais, através das ocupações de terra promovidas pelo MST e a CPT (MOREIRA; TARGINO, 2011).

No entanto, esses assentamentos não estão distribuídos de forma homogênea entre as mesorregiões geográficas do estado. De acordo com Rodrigues, (2010) a maior incidência desses projetos ocorre historicamente onde se apresentam maior número de conflitos ou ocupações. Tais condições fazem do Agreste a mesorregião que mais foi criada assentamentos na história da Paraíba. Enquanto na Mata até o ano de 2016 foram implantados 73, Sertão 69 e Borborema 31, o Agreste paraibano conta com a quantidade de 137 projetos, entre os quais está inserido o PA Tanques, melhor descrito no capítulo em sequência (INCRA, 2016).

4 ASSENTAMENTO TANQUES

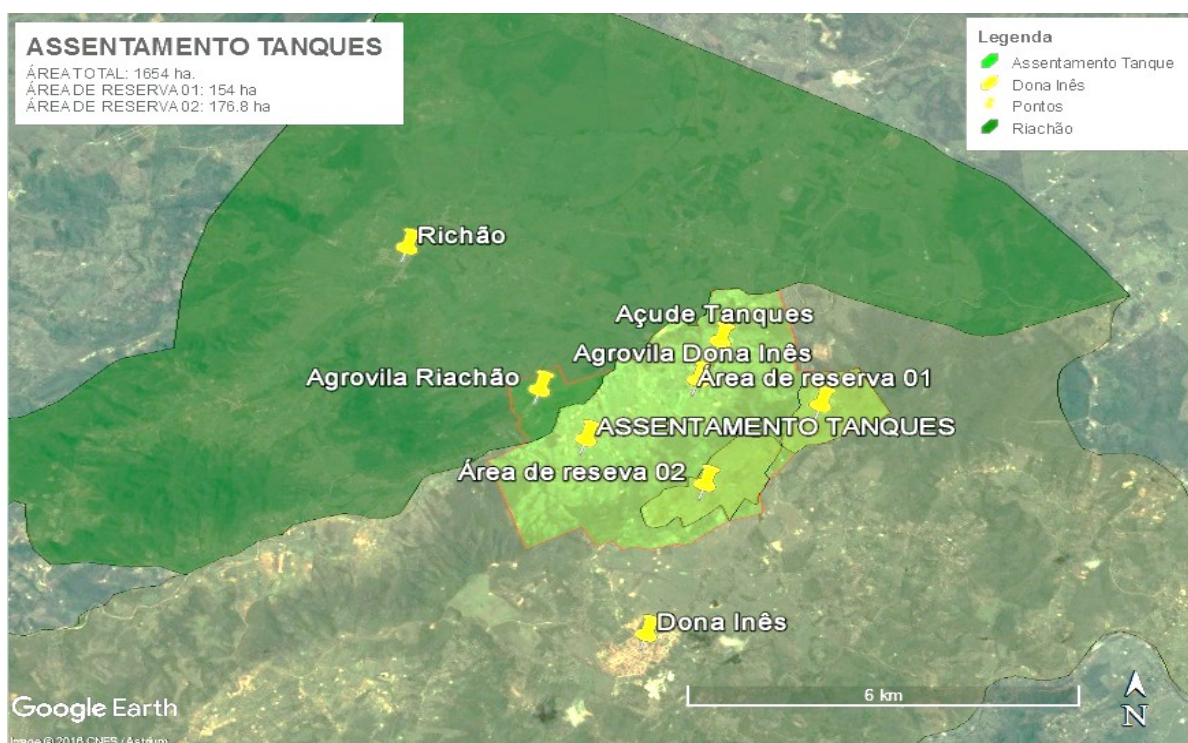


Imagem 01. Localização do assentamento Tanques.

Fonte: Google Earth; GPS Gramin 645 Datun SIGAS 2000.

O assentamento Tanques está localizado nas cidades de Dona Inês/Riachão PB. Está inserido na mesorregião do Agreste e microrregião do Curimataú Oriental paraibano. Seu acesso se dá através de uma via não pavimentada que liga as duas cidades, com entrada à direita no sentido Bilinguim⁷-Dona Inês, ao lado do Parque e Haras Bambu⁸. As condições de tráfego variam de acordo com a época do ano, pois no período chuvoso, que se estende normalmente de março a julho, as condições da via são precárias.

Antes da propriedade denominada Tanques e Queimadas/Tanques ser transformada em assentamento, as principais formas de relação de trabalho eram os meeiros e os arrendatários. A fazenda também tinha trabalhadores assalariados, que eram os vaqueiros, com função de cuidar dos rebanhos da fazenda e demais benfeitorias da propriedade, e mantinham residência no próprio território da fazenda.

Os agricultores que trabalhavam de meia recebiam uma parcela de terra escolhida pelo proprietário da fazenda, normalmente coberta por vegetação nativa. A partir de então,

⁷ Povoado localizado às margens da PB 103 que dá acesso à cidade de Dona Inês, distando 12 Km da referida cidade.

⁸ Parque de vaquejada localizado às margens da estrada que dá acesso ao assentamento Tanques, e dista três quilômetros da Cidade de Dona Inês e cerca de meio quilometro do assentamento.

realizavam broca e a queimada⁹ da vegetação, e em seguida recebiam do dono da fazenda as sementes para fazer a plantação. Quando realizavam a colheita, entregavam metade da produção. Só podiam trabalhar no mesmo lugar pelo período de dois a três anos, após isso, tinham que desbravar outra localidade. Já os arrendatários, podiam ficar na terra pelo período de um a dois anos. O tamanho da área arrendada se dava conforme suas condições financeiras, pois o pagamento do aluguel da terra era feito em dinheiro. Caso quisesse criar na área arrendada, deveria cercar com recursos próprios, e ao termino do período, devolver a terra “destocada”.

No caso dos meeiros, só podiam ficar na terra no período necessário para o plantio e colheita, geralmente de março até o mês de julho. Após isso, a terra era devolvida para o proprietário, com o restolho do roçado, que servia para alimentar o gado do fazendeiro. Aos mesmos só lhes era permitido o trabalho agrícola, mas não podiam exercer a pecuária. Também não podiam pescar nos açudes, ou fazer extração de madeiras, salvo com autorização do dono da terra.

A ideia de reivindicar a transformação da fazenda em uma área de assentamento surgiu após a morte do então dono da fazenda Joaquim Cabral de Melo. Após seu falecimento no ano de 1997, começaram os rumores de que José Eugenio iria vender as terras, o que deixaria todos que nela trabalhavam há muitos anos sem lugar para cultivar. Foi então que os agricultores se articularam e passaram a exigir a aquisição da fazenda pelo INCRA para fins de reforma agrária, pois já tinham como exemplo bem sucedido a criação do PA Sítio¹⁰, na cidade de Dona Inês, onde após alguns episódios de resistência, os agricultores conseguiram a desapropriação das terras do imóvel denominado Fazenda Sítio, pertencente ao mesmo dono da fazenda que deu origem ao projeto de assentamento Tanques.

Inicialmente, um número significativo de famílias se mostraram interessadas, mas aos poucos foram ocorrendo as desistências, conforme mostra o depoimento do senhor João Barbosa¹¹, no dia 22 e3 janeiro de 2017

“Lembro como se fosse hoje... na primeira reunião que a gente fez, tinha 104 famia. Já na segunda, só apareceu 88, o resto desistiu. Na terceira, só apareceu 71. Ai teve que fazê uma seleção. Primero foi dado prioridade pra quem já trabaiva na terra, que era 39 parece, e depois fecharam os 43 com os rendeiros mais antigo”.

9 Consiste na etapa de preparação do terreno para o plantio onde o agricultor derruba e vegetação, retira a lenha, e depois queima o restante do mato para fazer a plantação no inverno.

10 Primeiro assentamento criado no município de Dona Inês, no ano de 1989, com capacidade para comportar 82 famílias. Antes de ser desapropriado, o imóvel denominado Fazenda Sítio foi palco de alguns conflitos envolvendo os agricultores, vaqueiros e até o representante da CPT Luigi Pescarmona.

11 Assentado que faz parte dos articuladores da fundação do assentamento. Já foi presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Tanques por três vezes, e tido como uma liderança importante na comunidade.

O projeto de assentamento tanques foi criado oficialmente dia 28 de dezembro do ano de 1998, data que foi emitido o decreto de desapropriação do imóvel Tanques e Queimadas/Tanques para fins de reforma agrária, com área de 1.654 hectares e capacidade para comportar 43 famílias. No entanto, a posse só foi dada de fato aos beneficiários dia 20 de janeiro de 1999, conforme relatado no livro de atas da associação. Quatro das famílias assentadas já moravam na fazenda, já as demais, apenas trabalhavam, e mantinham residência nas zonas rurais e urbanas de Dona Inês e Riachão.

No processo de criação do assentamento os agricultores foram assistidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dona Inês e, principalmente, pela CPT de Guarabira, representada na ocasião pelos padres Severino e Luigi Pescarmona¹². De acordo com a senhora Maria Jalma¹³, não houve muita burocracia para a aquisição das terras, pois “foi tudo no acordo, já que a gente queria a terra para trabalhar e o proprietário também queria vender”. Ainda de acordo com a mesma, a comunidade não recebeu apoio do MST, pois não houve ocupação da terra, ocorrendo tudo de forma muito pacífica

No mesmo dia da posse, os assentados também aprovaram o estatuto social e fizeram escolha da direção da associação. A reunião foi acompanhada pelos representantes da CPT Maria da Luz Henrique e Zilma Maciel, bem como os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dona Inês PB Pedro Paulo de Araújo e Maria das Neves Moura. Foi escolhida como primeira presidente a senhora Edileusa Salustino de Souza, para exercer as seguintes competências previstas no estatuto,

- I – representar a associação na esfera judicial e extrajudicial, podendo delegar poderes e constituir advogado, se necessário.
- II – convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva.
- III – convocar e presidir assembleias ordinárias e extraordinárias.
- IV – abrir e manter contas bancárias, bem como assinar cheques e documentos contábeis, juntamente com o tesoureiro.
- V – organizar relatório contendo o balanço financeiro e os principais eventos da ata anterior, apresentando-os a assembleia geral ordinária.

Também na mesma reunião, ficou decidido que a sede do assentamento seria o local onde estavam reunidos no momento, casa que pertencia ao senhor Joaquim Cabral, localizada na zona rural de Riachão. Alguns anos depois, devido ao estado de conservação da residência, a sede veio a ser transferida para casa onde morava seu filho José Eugenio, localizada no território de Dona Inês.

12 Padre italiano que participou de vários conflitos agrários na Paraíba, ligado a Diocese de Guarabira e coordenador da CPT da mesma cidade.

13 Atual secretária da associação dos moradores do assentamento Tanques.



Imagem 2: antiga sede do assentamento Tanques
Fonte: Cícero Edson, 2017.



Imagem 3: sede atual do assentamento Tanques
Fonte: Cícero Edson, 2017.

Mais de um ano após a posse dos assentados, conforme aponta o livro de atas da associação, é que o parcelamento da área veio a ser oficialmente discutido, na reunião do dia 30 de maio de 2001. Um representante da CPT, identificado apenas como Severino, juntamente com um representante do INCRA de nome Nery, informaram aos assentados que havia uma divisão da área pré-determinada para os mesmos, que seria uma pequena parcela para cada um e o restante seria uma grande área de exploração coletiva. A ideia inicial não foi aceita, ficando decidido em uma reunião dois meses depois que cada um ficaria em sua parcela de exploração individual, preferencialmente onde já trabalhavam.

Ainda em 2001, foi realizado o parcelamento do assentamento. Em comum acordo, os assentados optaram por manter seus lotes na localidade em que já vinham trabalhando antes. Tal iniciativa visou coibir conflitos pelos melhores lotes, bem como evitar que os moradores, principalmente das agrovilas, ficassem muito longe de suas propriedades, caso fosse adotado o critério de sorteio. Juntamente com o parcelamento, também foi demarcada a área de preservação ambiental, com 320 hectares, em duas glebas de vegetação mais densa. Atualmente, essas reservas encontram-se bem conservadas, sem sinais evidentes de desmatamento. Também foram demarcadas duas áreas de exploração coletiva nos entornos dos açudes Tanques e do Meio¹⁴, além de mais duas partes para a construção das moradias nas agrovilas.

4.1 Moradia.

Para implantação das moradias, a ideia inicial da equipe do INCRA era a construção de uma agrovila, próxima à atual sede do PA, visando fortalecer a sociabilidade entre os membros do assentamento. A sugestão foi aceita apenas por uma parte dos assentados, sendo que foram formadas duas agrovilas, e não uma única. A primeira se deu conforme a ideia

¹⁴ Principais reservatórios hídricos do assentamento. O primeiro, quando com capacidade total, possui lâmina d'água equivalente a 26 hectares. O segundo é bem menor, e recebe esse nome por situar-se entre o açude Tanques e o açude Bambu, que se localiza na propriedade vizinha.

sugerida, comportando a quantidade de 10 famílias. A segunda agrovila foi construída nas proximidades do povoado Seixo¹⁵, pertencente à cidade do Riachão, com a quantidade de 19 famílias. Todas as residências foram construídas em formato padrão, de 54 m², com cinco cômodos, excetuando-se o banheiro. No entanto, as residências da agrovila do Riachão se destacam em relação às demais, por se apresentarem em melhor estado de conservação.



Imagem 04. Agrovila do Riachão
Fonte: Cícero Edson, 2017.



Imagem 05. Agrovila de Dona Inês:
Fonte: Cícero Edson, 2017.

O intento estratégico da agrovila está no entendimento de que ela permite quebrar o isolamento social das famílias e cria laços de integração comunitária. A urbanização de moradias funciona como um mecanismo que possibilitaria tanto o acesso a um conjunto de benefícios infra estruturais (educação, saúde, lazer, transporte etc.) quanto a almejada transformação de formas da sociabilidade particulares ao modo de vida camponês (CAUME, 2006 p. 74).

Porém, 14 famílias optaram por construir suas moradias em seus próprios lotes. As justificativas apresentadas durante o debate foram a distância de suas terras e também a proximidade das casas, sendo este segundo motivo o fiel da balança, conforme depoimento de um entrevistado que preferiu não se identificar

“Esse negócio de agrovila num dá certo não, ninguém pode criar uma galinha nem um bode nem nada... se passar pro terreiro do outro ele vai e corta na pedra, ai já sabe né, só da briga. Só é vantagem pro INCRA, que não vai precisar botar nem água nem energia nos lotes, mas pra gente não tem futuro nenhum”.



Imagem 6: casa no lote.
Fonte: Cícero Édson, 2017



Imagem 7: Casa no lote
Fonte: Cícero Édson, 2017

¹⁵ Povoado pertencente à cidade Riachão, que faz divisa com o assentamento.

Ao abrirem mão da condição de morarem em agrovila, alguns serviços têm sido dificultados para alguns assentados que optaram por morar em suas glebas, como a acessibilidade bastante prejudicada, devido às precárias condições de algumas estradas, principalmente no período de maior incidência de chuvas, e a ausência de água encanada em algumas residências.

4.2 Recursos hídricos e energia

Após um período de cinco anos de chuvas abaixo da média, os recursos hídricos têm se tornados cada vez mais escassos para os moradores do assentamento. O principal reservatório da comunidade, conhecido como açude Tanques ou açude Novo, não resistiu aos severos anos de seca. Isso impactou diretamente a maioria os assentados, já que dependiam diretamente do mesmo, seja para dessedentação de animais, pesca de subsistência, cultivo de hortaliças, e até criação de peixes em viveiros.



Imagem 8: cultivo de hortaliças no açude Tanques
Fonte: Cícero Édson, 2012.



Imagem 9: Açude Tanques vazio.
Fonte: Cícero Edson, 2017.

Nas imagens, podemos observar o açude em questão, sendo utilizado para irrigação no ano de 2012, e completamente vazio este ano, pela primeira vez desde sua construção.

Este açude localiza - se no assentamento Tanques com coordenadas UTM25 S210589, 9274304 e altitude aproximada de 220m. O mesmo cobre uma área de 26 há quando está em sua capacidade total e de acordo com relatos dos moradores locais, desde que foi construído, ainda não secou, apesar de atualmente estar com menos de 50% de sua capacidade total (ANDRADE, 2014, p. 46).

No intuito de minimizar os efeitos da seca no assentamento, o Departamento Nacional de Obra contra as Secas (DENOCS) fez a perfuração de um poço artesiano para uso da comunidade. Mesmo com boa vasão, o poço não correspondeu às expectativas, já que a água captada é bastante salobra, sendo imprópria para o consumo humano. Atualmente encontra-se desativado por falta de manutenção.



Imagem 10: Poço Artesiano.
Fonte: Cícero Edson, 2017.



Imagem 11: Barreiro
Fonte: Cícero Édson, 2017.

Até a chegada das primeiras chuvas no ano de 2017, os barreiros presentes nos lotes também se encontravam totalmente vazios. Mesmo estando atualmente com um pouco de água acumulada, segundo os moradores, estas não servem para consumo humano, devido à alta salinidade e a presença excessiva de sedimentos.

Agravando ainda mais a situação, mesmo 73,3% dos entrevistados tendo encanação em suas residências para abastecimento de água, há cerca de três anos esta não chega de forma contínua às torneiras. De acordo com relato de alguns moradores, nas raras oportunidades em que se tem vasão nas torneiras, esta não é suficiente sequer para fazer armazenamento. Sendo assim, o principal acesso à água pelos moradores são as cisternas, construídas em todas as residências do assentamento. Para 86,7% das pessoas entrevistadas, a cisterna é o único meio de acesso a água para consumo próprio, enquanto apenas 13,3% disseram ter outra fonte de água para beber, sendo que todos dependem da água da cisterna para uso doméstico.

“as cisternas é a única opção que a gente tem de água pra beber. Tem que economizar bastante pra dar pro ano todo, senão a gente vai ter que comprar água na seca pra beber. A situação tá muito difícil. de setembro pra já comprei sies carro pipa de água pro gado beber, já que açude, barreiro, tá tudo seco. Aí pra num deixar o gado morrer de sede tem comprar a água, e quase todo mundo que tem gado aqui no assentamento tá fazeno isso. A gente vai vendendo uns pra comprar água pro outros, senão morre tudo” (João Barbosa).

Todas as residências contam com energia elétrica. Para os moradores das agrovilas, o acesso à eletricidade foi mais fácil, pois já existia rede elétrica nos dois locais. Já para quem optou em morar nos lotes, a instalação da energia só aconteceu cerca de dois anos depois da construção das moradias.

4.3 Saúde e educação

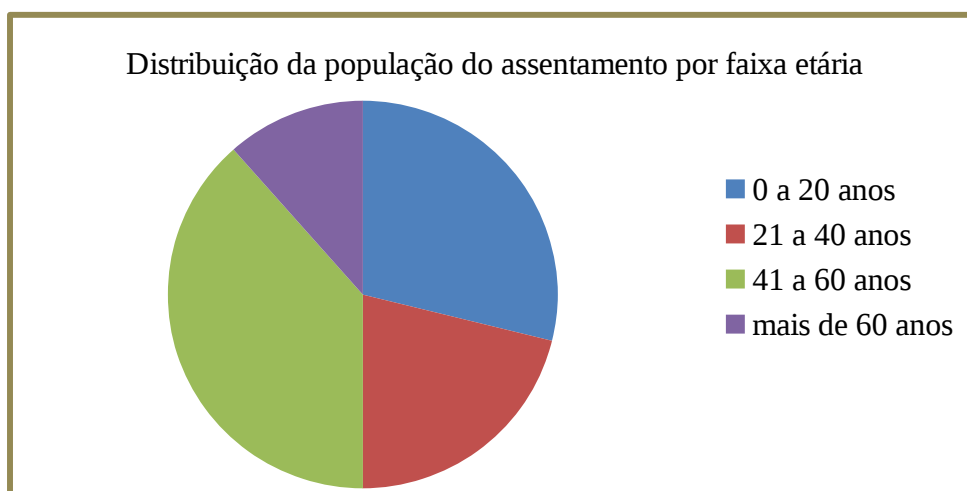
O acesso aos serviços de saúde e educação é um problema enfrentado pelos assentados desde a formação do assentamento até a atualidade. Em pesquisa de campo foi possível

constatar que no PA não tem nenhuma escola, bem como também não tem posto de saúde.

No assentamento tem dois agentes de saúde, cada um responsável pelos setores que fazem parte de suas respectivas cidades. Fazem visitas mensais aos moradores, mas os serviços mais essenciais de saúde só são oferecidos nos espaços urbanos de Dona Inês e Riachão, obrigando os moradores de Tanques a se deslocarem para as cidades quando por ventura for necessário.

No acesso a educação não é diferente, o registro da ata do dia 03/05/2002 aponta que os assentados solicitaram ao prefeito de Dona Inês a construção de uma escola no assentamento, mas o gestor municipal pediu que os moradores matriculassem seus filhos na escola de Queimadas¹⁶, que é a mais próxima, e após ele faria a escola. Sendo assim, os moradores que precisam estudar têm que se dirigir às suas respectivas cidades. Pelo motivo da distância média que os alunos precisam se deslocar ser de aproximadamente 5 km, as prefeituras de Dona Inês e Riachão mantêm transporte escolar nos três turnos.

O nível escolar dos assentados é baixo. Entre os entrevistados, 15,4% são analfabetos. Já 32,7% tem entre 1º e 5º ano, e 23,1% tem entre 6º e 9º. Aqueles que tem entre 1º e 3º do ensino médio somam 13,5%. Os que estão cursando ensino superior equivalem a 5,7%, e 1,9% tem superior completo. Também foram encontradas 4 crianças que não estão em idade escolar, o que equivale a 7,7%.



Fonte: Cícero Édson, 2017.

A população do Assentamento Tanques é caracterizada pela presença de maioria masculina. Das 52 pessoas presentes nas 15 famílias entrevistadas, 51,9% são homens, enquanto 48,1% são do sexo feminino. O tamanho médio é de 3,5 pessoas por família, sendo o assentamento caracterizado pela presença de poucos jovens, isso porque

¹⁶ Sítio pertencente à cidade de Dona, localizado a cerca de 5 quilômetros do assentamento.

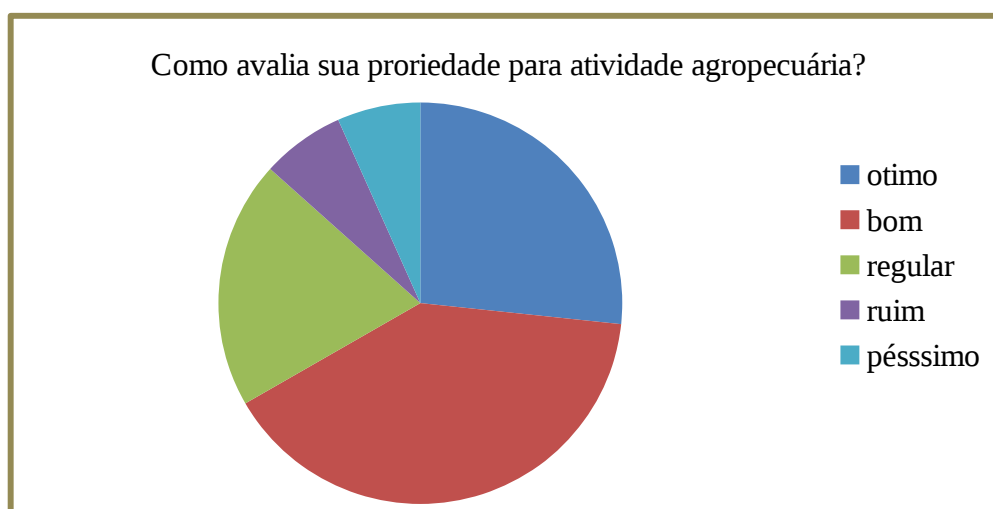
“A gente queria que os filho da gente ficasse morando aqui, mais num tem emprego. Ai eles precisa ir embora pra Sú. Outros vão casano e também num quere ficar aqui praque é muito esquisito, prefere morá na cidade. E a gente vai ficano aqui trabaino na nossa terrinha e viveno até quando Deus permiti né” (assentada Maria de Lourdes).

4.4 Caracterização e trabalho nos lotes

Dos 43 lotes, 39 tem a quantidade de 23 hectares, sendo que 4 deles tem a área um pouco maior, contendo 24 ha. Essas quatro glebas são referentes às que estão localizadas dentro do território do município de Riachão PB. De acordo com o senhor “Betinho de Carneiro”, essa divisão diferenciada foi necessária porque em caso de divisão entre cinco pessoas os lotes ficariam bem menores em relação aos demais.

Indagados se existe alguma parte da propriedade que não é aproveitada, todos afirmaram que sim, sendo que 46,7% não utilizam apenas a reserva florestal que mantém em seus lotes. Dos entrevistados, 33,3% disseram que além da reserva, não utilizam alguma área muito pedregosa e 20% alegaram não utilizar a reserva e alguma parte muito “fraca” (improdutiva). Indagados porque mantinham reserva florestal em seus lotes, afirmaram que foram orientados na implantação do assentamento a reservar uma parte de vegetação mais densa em suas áreas individuais.

As glebas são de onduladas a montanhosas, com áreas de várzeas. Ainda apresentam presença de rocha expostas e lajedos. Mesmo nessas condições, as propriedades são bem avaliadas por quase 70% dos assentados entrevistados, conforme ilustrado no gráfico abaixo. Isso porque, conforme o assentado Sérgio, “em ano chuvedor, tudo que a gente planta dá, e também nasce muito pasto pro gado”,



Fonte: Cícero Édson, 2017.

De acordo com os entrevistados, os lotes são utilizados exclusivamente para exploração familiar, pois além de afirmarem ter apoio de alguém da família nas atividades

agropecuárias (filhos ou cônjuge, já que nenhum afirmou ser solteiro), quando questionados se arrendavam suas terras, foram unânimes em informar que não. A justificativa apresentada foi que foram orientados sobre a ilegalidade de arrendar as propriedades.

Sobre a produção agrícola no ano de 2016, dos 15 entrevistados, 3 afirmaram não ter plantado ano passado. Dos quais, 2 deles justificaram que a falta de chuva impossibilitou a plantação e 1 prefere trabalhar apenas com criação de animais.

Já os doze entrevistados que afirmaram ter plantado ano passado, todos plantaram feijão e milho, em uma média de 0,75 ha para feijão e 1,37 ha de milho, o que corresponde a menos de 10% da área total dos lotes. A colheita foi baixa, com média de 1,3 sacas de 60 KG de feijão e 3,8 de milho por agricultor (excetuando-se dessa média os que afirmaram não ter colhido nada). Além dessas duas lavouras, os assentados também plantaram fava, batata doce, jerimum, melancia e mandioca, mas pelas informações cedidas não foi possível especificar área plantada e colheita. Fato que chama atenção é a ausência de plantação de algodão. De acordo com informações fornecidas pelos próprios assentados, o algodão não é mais cultivado há algum tempo, devido à praga do bicudo.

Ao serem indagados sobre qual seria a plantação mais importante, 60% dos entrevistados apontaram que é o feijão, que serve para alimentação dos moradores da casa. Já 40% acham o milho mais importante, pois além de aproveitarem as sementes que colhem, também aproveitam a palha na alimentação do gado, além do seu cultivo ser mais prático, muitas vezes não sendo necessário sequer “limpar” a lavoura.

Todos os 15 entrevistados alegaram que o clima não foi favorável em 2016, e todos aqueles que plantaram tiveram alguma perda por conta da falta de chuvas, sendo que 58,3% perderam mais da metade da plantação, 25% perderam tudo e apenas 16,7% disse ter perdido menos da metade.

Devido à baixa produtividade que se verificou no ano de 2016, praticamente não houve comercialização dos gêneros alimentícios produzidos. Entre aqueles que plantaram, apenas 16,7% entrevistados afirmaram ter vendido parte de sua produção, que foi negociada com o atravessador¹⁷. Já os demais, informaram que aquilo que conseguiram colher foi destinado apenas para consumo familiar ou para suas criações.

Além da prática da agricultura, todos os entrevistados também criam algum tipo de animal. A criação mais comum é o gado, já que 86,6% criam bovinos, sendo a média entre eles de 9 cabeças. A segunda criação mais presente são as aves (galinha, pato, guiné e peru) presente em 80% das residências e com quantidade média de 8,7 aves por criador. Já 46,6%

¹⁷ Negociante que compra diretamente do produtor e revende com uma margem de lucro.

afirmaram criam ovelha ou cabra, sendo que em quantidade um pouco menor em relação às demais criações, com média 4,3 animais por criador. Além dessas criações mais comuns, 13,3% afirmaram que criam porco, e média é de 3,5 suínos. Vale ainda ressaltar que alguns assentados criam mais de um tipo dos animais acima descritos.



Foto 12: criação de gado
Fonte: Cícero Édson, 2016.



Foto 13: criação de Cabra
Fonte: Cícero Édson, 2017.

Esses animais apresentam algumas distinções na forma de criação no assentamento. O gado é criado geralmente solto nos cercados, sendo confinados apenas a noite nos currais. Já as aves são criadas soltas no entorno da própria casa, sendo confinadas apenas na época de plantação. A criação de ovelha ou cabra é um pouco mais complexa. Por se tratar de animais de porte menor que o gado, precisam de um cercado específico, com menor espaçamento entre os arames. Por isso, é mais comum a criação desses animais amarrados em cordas, sendo também com confinamento noturno.

Ao serem questionados sobre qual seria a criação mais importante, 12 (80%) afirmaram que é o gado, pois valem mais no mercado e é mais fácil de vender. Já para 2 (13,3%), a ovelha ou cabra é mais viável, justificando que se adaptam melhor às condições climáticas da região, e 1 (6,7%) não quis ou não soube responder. Mesmo a criação de aves estando presente em 8, de cada 10 residências, esta não é tida pelos moradores com uma criação de grande importância, provavelmente devido ao seu baixo valor comercial em relação as demais criações.

Questionados se costumavam vender animais, todos disseram que sim. A forma mais comum de negociação é a venda ao atravessador, ou marchante, no caso do gado. Mas também existe uma dinâmica de comercialização entre os próprios assentados, onde eles negociam entre si a venda ou a troca de animais. Os animais de menor porte, como galinhas e ovelhas, são comercializados com mais frequência, já o gado, é tido pela maioria dos assentados como uma reserva de valor, pois só costumam vender em caso de grande necessidade.

Apesar da maioria dos assentados estarem satisfeitos com o potencial produtivo de seus lotes, para 60% dos entrevistados, a renda retirada da atividade agropecuária, com média que não chega a atingir um salário mínimo, não é suficiente para a sobrevivência da família, sendo necessário uma complementação de renda. As formas de complemento declaradas foram trabalhos sazonais de pedreiro ou servente de pedreiro, diárias e assalariamento nas prefeituras locais. Já os outros 40% disseram não precisam vender sua força de trabalho e conseguem sobreviver explorando apenas seus lotes.

4.5 Acesso ao crédito

De acordo com Campelo et al (2008), garantir o acesso ao crédito aos agricultores familiares é muito importante, na medida em que fornece aos mesmos condições mais efetivas de potencializarem sua capacidade produtiva. Ainda de acordo com os autores acima mencionados, não basta garantir o acesso ao recurso, é necessário que haja um processo de acompanhamento especializado para que o recurso seja aplicado com a devida finalidade.

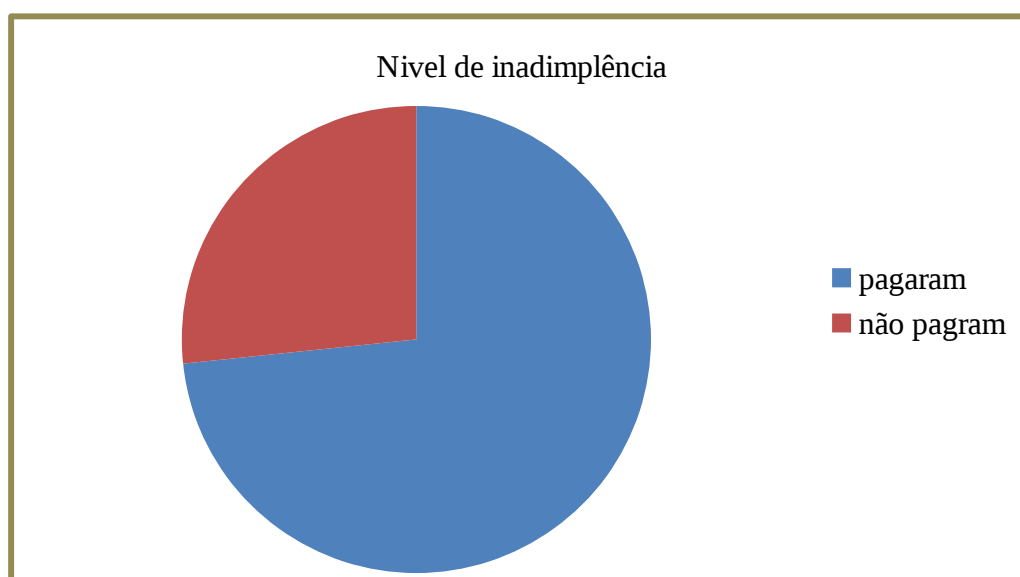
Durante a pesquisa de campo, foi possível constatar que todos os entrevistados tiveram acesso aos recursos do INCRA, onde afirmaram ter recebido crédito de instalação para construção de suas moradias e aquisição de outros itens. Além das residências, com o crédito cercaram as propriedades e adquiriram outros itens de utilidade agrícola e doméstica.

Todos os entrevistados também afirmaram ter tirado dinheiro do PRONAF, na modalidade A, conforme pôde ser verificado na ata da reunião dia 01/08/2005, que foi convocada “para apresentação e discussão dos projetos de investimento do PRONAF A. Por unanimidade foi aprovada a proposta de projeto e todos os assentados disseram ter conhecimento da proposta que pediram e que está elaborada nos referidos projetos”. A linha de crédito acima mencionada tem por finalidade

“atender as famílias beneficiadas da reforma agrária, financiando as primeiras atividades de investimento e custeio, e tem por finalidade a estruturação da unidade familiar dos assentados, visando sua inserção nos mercados locais e regionais, e está fortemente relacionado ao processo de desenvolvimento dos assentamentos” (SOUZA JUNIOR; ARRAES 2008 p.3).

Mesmo não sendo uma verba específica para investimento em infraestrutura hídrica, 40% disseram ter construído ou ampliado barreiro dentro de suas propriedades, 60% plantaram palma ou capim e todos compraram ao menos uma cabeça de gado, ovelha ou cabra. No ato das entrevistas foi possível constatar que as rações plantadas estão bem reduzidas. A justificativa apresentada foi que não resistiram aos cinco anos de seca consecutivos ou o próprio gado entrou na plantação e comeu.

Mesmo os assentados afirmando ter aplicado o recurso em suas finalidades, o fato é que ainda existe um nível de endividados a se considerar, conforme gráfico abaixo.



Fonte: Cícero Édson, 2017.

Diante desta situação, alguns assentados ficaram impossibilitados de contrair novas modalidades de créditos, como é caso do PRONAF Semiárido, contraído atualmente apenas por 20% dos assentados. Tal linha de crédito é muito importante, na medida em que tem como principal objetivo melhorar a convivência do produtor rural com as condições climáticas do semiárido. No mínimo 50% do valor do crédito oferecido deve ser destinado a obras relacionadas à infraestrutura hídrica. O restante do valor deve ser aplicado no plantio em outras obras que visem melhorar a área de produção (MDA, 2017).

4.6 Condições de vida no assentamento

De acordo com Esquerdo; Bergamasco; Oliveira, (2013), inúmeros benefícios na vida de seus beneficiários são observados após a criação de um assentamento de reforma agrária. Em questionamento feito aos entrevistados se a vida dos mesmos havia melhorado ou piorado depois da criação do assentamento, 93,3% dos entrevistados afirmaram viverem hoje em melhores condições de vida, conforme aponta o senhor José Martins

“ah, minha vida melhorou 100%. Quando eu vim morar aqui foi só com a cara e a coragem, não tinha nada na vida. Hoje eu tenho minha casa pra morar, terra pra trabalhar, tenho meu gado... quando isso aqui era de Joaquim Cabrá a gente tinha que trabalhar de meia. Teve um ano que bati 34 saco de feijão, mas tive que entregar a metade pra ele, aí como é que a gente ia conseguir nada na vida? Hoje não, o pouco que a gente produzir é nosso”.

A avaliação feita pelos entrevistados dos quesitos de saúde, educação, moradia, alimentação e renda, vêm a confirmar o depoimento do senhor José Martins, já que, de modo geral, foram constatadas melhoras.

entrevistados	Saúde	Educação	Moradia	Alimentação	Renda
01		X	X	X	X
02					
03		X	X	X	X
04	X	X	X	X	X
05		X	X	X	X
06	X	X	X		
07	X		X	X	X
08		X	X	X	X
09		X	X	X	X
10	X	X	X	X	X
11	X		X		X
12	X	X	X	X	X
13		X	X	X	X
14	X		X	X	X
15		X	X	X	X
%	46%	75%	93%	80%	86%

Fonte: Cícero Édson, 2017

Conforme ilustrado na tabela acima, apenas o item saúde teve uma avaliação positiva por menos da metade dos entrevistados, o que está diretamente ligado a não existência de posto de saúde e atendimento médico dentro do próprio assentamento. Já a questão da educação, mesmo não havendo escola no PA, foi bem avaliada. Isso porque, segundo alguns moradores, existe um serviço de transporte por parte das prefeituras nos três turnos, que atende de forma integral os alunos que precisam se deslocar até as escolas. A melhoria dos demais quesitos, com base nas respostas dos assentados, está diretamente ligada ao acesso à terra própria e a autonomia advinda deste fator.

Porém, algumas dificuldades ainda precisam ser superadas, pois no assentamento ainda falta muita coisa, as principais que foram destacadas pelos assentados no ato das entrevistas são: Um melhor abastecimento hídrico para os moradores, já que além de sofrer com as secas que são comuns na região, a água nas torneiras chega apenas de forma esporádica; políticas públicas municipais mais eficientes, pois de acordo com os mesmos as atuais, como corte de terra e distribuição de sementes não atendem a todos os assentados; assistência técnica contínua, pois o INCRA parou de fornecer os profissionais há mais de um ano, e caso algum assentado precise dos serviços técnicos precisam pagar do próprio bolso.

No entanto, para que tais reivindicações sejam alcançadas, é necessário, que, da mesma forma que ocorreu na criação do assentamento, o espírito de união e articulação renasça entre os assentados. De acordo com a atual presidenta do assentamento, a senhora Maria Aparecida, os assentados estão muito fragmentados, com participação abaixo dos 50% dos associados às reuniões, fato confirmado pelo pesquisador em quatro reuniões assistidas. Inclusive, na assembleia do dia 12 de fevereiro de 2017 chegou a se discutir a possibilidade de desfazer a associação por falta de interação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa, é possível concluir que mesmo não havendo resistência, tanto física quanto jurídica, por parte do proprietário da fazenda Tanques, a criação do assentamento só se tornou possível devido a articulação dos trabalhadores da propriedade para reivindicar o direito à terra. Na fazenda Tanques, assim como em boa parte dos assentamentos criados no território brasileiro, foram os camponeses que trouxeram para primeiro plano a luta pela reforma agrária. Porém, a conquista da propriedade não necessariamente impõe fim à luta dos agricultores. Tratou-se esta conquista apenas como um ponto de partida, para, a partir de então, lutarem por condições de vida mais dignas.

Mesmo após pouco mais de 18 anos de sua criação, ainda é possível verificar a ausência de políticas públicas básicas que visem proporcionar aos assentados melhores condições de acessibilidade, com melhorias de estradas que cruzam o assentamento, saúde, e principalmente, educação, pois a implantação de uma escola dentro do PA é reivindicação dos membros do assentamento desde sua fundação. De acordo com Esquerdo; Bergamasco; Oliveira, (2013), a localização de uma escola dentro do assentamento é fundamental para socialização das novas gerações e para fortalecimento dos valores culturais da comunidade.

É fato que as adversidades climáticas de baixa pluviometria, característica inseparável desta região geográfica, que se tornou mais intensa nos últimos cinco anos, ao menos no que se pôde verificar em uma avaliação feita da produção agropecuária no ano de 2016, limitou bastante o caráter produtivo dos assentados em seus lotes. De forma devastadora, a seca destruiu lavouras, reduziu pastagens e ocasionou a morte de animais de fome e sede. Nesse sentido, fica evidente também a necessidade de políticas públicas que visem melhorar a convivências desses assentados com o semiárido.

Contudo, mesmo para a maioria dos assentados a renda proveniente do trabalho no assentamento ainda não sendo suficiente para o sustento integral da família, mesmo com muitas dificuldades a serem superadas, é inegável que a implantação do PA Tanques foi fator determinante para construção de uma nova realidade dessas famílias, na medida em que possibilitou o rompimento das relações de trabalho exploratórias que existiam antes, em que se pagava para trabalhar.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de, COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda, VASCONCELOS, Tatiana Cristina. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de psicologia**. v. 9 n.1, p. 81-88, Natal Jan./Abr. 2004.

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Reforma Agraria no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agraria**. Dissertação (mestrado). Franca: UNESP, 2006. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98603/albuquerque_vo_me_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 jan. 2017.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. PROCERA versus PRONAF: vejo o futuro repetir o passado... **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 83-87, jan./jun. 2000.

ALVES, Kelly Caroline Cirqueira. HISTORIA CULTURAL: ESCRITA, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÃO. VII Simpósio Nacional de História Cultural. São Paulo, 10 a 14 de novembro de 2014. Disponível em: gthistoriacultural.com.br/.../Kelly%20Caroline%20Cirqueira%20Alves%20&%20Eucl. Acesso em: 12 mai. 2017.

ANDRADE, Expedita Macena de. **Uso e cobertura do solo no município de Dona Inês/PB, com base no sistema de informações geográficas (SIGs)**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em geografia). Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira, 2014.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos avançados**. vol.11, no.31 São Paulo, 1997.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luís Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Estatuto da terra**. Brasília, 1964.

BRUNO, Regina Ângela Landim; DIAS, Marcelo Miná. As políticas públicas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil. Relatório de consultoria. Rio de Janeiro, Agosto de 2004. Disponível em: http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/download/arquivo_274.pdf?. Acesso em: 06 fev. 2014.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão dos conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

CAMPELO, Lilian Kecia; RIVA, Fabiana Rodrigues; CORDEIRO, Higor; SCHEIDT JUNIOR, Ademar; MAIA, Moacyr Boris Rodrigues; Acesso ao Crédito Pronaf nos Assentamentos Rurais: Visão da Assessoria Técnica. XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/687.pdf>. Acesso em: 24 Abr. 2015.

CARVALHO, Lenise de Jesus; O MST E A QUESTÃO AGRÁRIA: os atos de ocupação de terra de FHC a Lula. II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz – Maranhão, 23 a 26 de agosto 2005. Disponível em:

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Lenise_Jesus_carvalho303.pdf
Acesso em: 25 Abr. 2014.

CAUME, Davi José. **O MST e os assentamentos de reforma agrária**: a construção de espaços sociais modelares. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo/Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 2006.

DATALUTA, **banco de dados de luta pela terra**. Relatório Brasil, 2015.

DINIZ FILHO, Luiz Lopes; ZAFALON, Rosana. O Pronaf Como Política de Apoio aos Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária. **Revista da ANPEGE**, v.7, n.8, p. 69-79, Ago./Dez. 2011.

ENGELMANN, Solange I; GIL, Aldo Duran. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista eletrônica do CEMOP**, n.2. Set. 2012. Disponível em: <www.memoriaoperaria.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2015.

ESQUERDO, Vanilde F. de Souza; BERGAMASCO, Sonia Maria Pereira Pessoa. Balanço da reforma agrária brasileira nas duas ultimas décadas. **Interciência**, v. 38, n. 08, 2013.

ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza; BERGAMASCO, Sonia Maria Pereira Pessoa; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. **Reforma agrária, qualidade de vida e segurança alimentar e nutricional**. Unicamp, 2013.

FABRINE, João Edmilson; ROOS, Djorni. **Conflitos entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. 1. Ed. São Paulo: Outra Expressões, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2. ed. – Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Enumerando a Reforma Agrária. 2006 Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 25 dez. 2015.

_____. O MST E AS REFORMAS AGRÁRIAS DO BRASIL. Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2008. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 25.set.2016.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma Agrária**: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de; SILVA, Pablo Melquisedeque Souza e; A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NOS GOVERNOS FHC E LULA E SEUS REBATIMENTOS NA REGIÃO DO BREJO. XXI encontro nacional de geografia agrária “territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1266_1.pdf. Acesso em: 25 fev. 2017.

FREIRE, Noemi Paes; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. AGRONEGÓCIO E CAMPESINATO NA ZONA DA MATA PARAIBANA: contradições e resistência camponesa. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças. Espaço de diálogos e práticas. Porto Alegre, 2010. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3288. Acesso em: 25.out.2016.

FONSECA, Helen Nunes Cosmo da; LIMA, Edvaldo Carlos de. Espaço agrário paraibano no contexto dos movimentos de luta pela terra e reforma agrária: MST. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, pp. 1-16. São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Fonseca_HNC.pdf. Acesso em: 28 out. 2014.

GONÇALVES, Renata. Assentamentos como pactos de (des)interesses nos governos democráticos. 2006. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18850. Acesso em: 26/jan/2017.

GUERRERO, Iris Cecilia Ordóñez; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A REFORMA AGRÁRIA: DADOS DO PROCESSO. Disponível em: http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Arquivos/01/1B/10_Iris%20Guerrero.pdf. Acesso em: 25.ago.2015.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Painel de assentamentos rurais criados na Paraíba, 2016. Disponível em: http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=18&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=2. Acesso em: 20.dez.2016.

JESUS, Alex Dias de. Das ligas ao MST: Luta pela terra e territorialidade camponesa. **Revista geográfica de América Central**, v. 2, julho-diciembre, p. 1-14. Universidad Nacional, Heredia, Costa Rica, 2011.

LACERDA, Automar Guedes de; MALAGODI, Edgard. Formas de cooperação e reforma agrária. **Raízes**, vol. 26, nºs 1 e 2, p. 93-100. Jan/dez. 2007.

MENDONÇA, Sônia Regina; STEDILE, João Pedro (Org.) **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964 – 1990**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MESQUITA, Helena Angélica de. CORUMBIARA: O MASSACRE DOS CAMPONESES. RONDÔNIA/BRASIL 1995. **REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**. Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119. 1 de agosto de 2002.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária: Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária**. Brasília, 2010.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera** – ano 9, n. 8, jan/Jun. 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres; as Ligas Camponesas e os conflitos no campo. **SECULUM – Revista de História**, nº 18. João Pessoa, jan/jun. 2008.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; TARGINO, Ivan. Espaço, capital e trabalho no campo paraibano. **Revista da ANPEGE**, v.7, n. 1, número especial, p. 147 – 160, out. 2011.

PAIM, Robsom Olivino, DALL'IGNA, Sirlene Fagundes. A importância da Reforma Agrária: diagnóstico do assentamento Congonhas - Abelardo Luz - SC/Brasil na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico. V Simpósio Internacional de Geografia Agrária. VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, SINGA 2011. Disponível em:

<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Robson%20Paim.pdf>. Acesso em: 17 out. 2013.

PERISSATO, Emília Bandeira, BANDEIRA, Angélica Schiavão. Assentamentos rurais e desenvolvimento local: o caso de Querência do Norte – PR. 1º Simpósio sobre pequenas cidades e desenvolvimento local e XVII semana de Geografia/UEM, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266074742_ASSENTAMENTOS_RURAIIS_E_DESENVOLVIMENTO_LOCAL_O_CASO_DE_QUERENCIA_DO_NORTE_-_PR. Acesso em: 16 Out. 2013.

PIRAUX, Marc; MIRANDA, Roberto de Souza. A LONGA EMERGENCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR: RELAÇÕES ENTRE ATIVIDADE AGRÍCOLA, ATORES SOCIAIS E FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NO AGRESTE PARAIBANO. *Raízes*, v. 30, n. 2, jul – dez, 2010.

REZENDE, Gervásio Castro de. Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia. Rio de Janeiro, maio de 1999. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0648.pdf. Acesso em: 25 Out. 2014.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra**: o caso do assentamento Nossa Senhora de Fátima. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2012.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins; SEM LUTA PELA TERRA NÃO HÁ REFORMA AGRÁRIA: as disputas territoriais na Paraíba. XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e esperanças. Espaço de diálogos e práticas. Porto Alegre, 25 a 31 de julho, 2010. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4162. Acesso em: 08 abr. 2017.

SILVA, Thiago Moreira Melo e. A Presença das Ligas Camponesas na Região Nordeste. xix Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/.../agraria/Anais%20XIXENGA/.../Silva_TM. Acesso em: 30 Out. 2014.

SOUSA JÚNIOR, José Luís de; ARRAES, Ronaldo de Albuquerque e. Indicador de viabilidade na atividade agrícola familiar assistida pelo governo em contraste com as tradicionais: um estudo de caso. XV Congresso Brasileiro de Custos, Curitiba – PR, 2008. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/1208/1208>. Acesso em: 20 Fev. 2017.

STEDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **A questão agrária do Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **A questão agrária do Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas de reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

TEIXEIRA, Larissa Amaral. Literatura de Cordel no Brasil: Os folhetos e a função circunstancial. (monografia). UNICEUB, Brasília, 2008.

VECINA, Cecília Cruz. O II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula: uma análise para além do aparente. XXI encontro nacional de geografia agrária “territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012. Disponível em: www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1367_1.pdf. Acesso em: 14 jan. 2017.